



GOVERNO DE SANTA CATARINA
Secretaria de Estado da Saúde
Comissão Intergestores Bipartite

A Câmara Técnica não é deliberativa. Os itens aqui discutidos e pactuados serão avaliados na reunião da CIB e poderão ser alterados.

ATA CÂMARA TÉCNICA DE REGULAÇÃO

Dia: 14 de junho de 2017

Horário: 14 horas

Local: 8º andar da SES

PRESENTES À REUNIÃO

SES: Maira C Perrano (Fpolis/GERIH/SES); Ivy Zortéa da Silva Parise (HIJG/SES); Sandra Batista (GEAUD/SES); Helma Finta Uba (SES/Gepro); Lourdes de Costa Remor (CIB/SES); Decka Cortese (SUR/GECOR); Márcia Araci Pinho (SUR/GECOR/CERA); Giovan da Rosa Matos (SES/CECOR); Aline Cipriani de S. (GECOR/CERA); Guilherme Kauase Falk (GECOR/CERA); Marcus Aurélio Guckert (GEPSA/SUH/SES);.

COSEMS: Cleci Fátima da Silva (SMS/Blumenau); Márcia Adriana Cansian (Botuverá); Ana Cláudia Machado (SMS/Brusque); Maria Clarice (Brusque/Regulação); Deyse Ilza de Aquino (SMS/Fpolis); Talita Cristiane R. (Fpolis/SISREG); Giane C. Carniato (Cocal do Sul); Mariana D. Napolini (GERSA/Araranguá); Idione Fantinel (SMS/Fraiburgo); Daiana Sara Sirtoli (SMS/São José); Roberto Salim José (ECA/Fpólis); Ivana Daros (SMS/São José); Clemilson A. de Souza (COSEMS); Dinora L. Bernardi (Chapecó); Marcelo Irineu Miles (Itajaí); Geraldo Azzolini (COSEMS); Roseclair R Barros (COSEMS); Fernanda Bedin (Fpolis); Nathalia Santos (Fpolis) Priscila T. Duarte (Fpolis).

Coordenação da reunião: KARIN GELLER

ITENS DE PAUTA

1. SAMU: redução das centrais de regulação;
2. Recomendação Auditoria SMS Florianópolis - Reavaliar conceito de Marcador Deliberação nº 47/CIB/16;
3. Ajustes Nomenclaturas SISREG (Brasília);
4. Proposta exames complementares HIJG;
5. Protocolos de Acesso;
6. Iniciar discussão: Regulação municípios de pequeno porte e Inclusão dos Consórcios no SISREG

INFORMES:

1. Eventos Macrorregionais de Regulação e Publicização das Filas
Atividades das Comissões de Faixa Etária e Referência e Contrarreferência.

1. SAMU: REDUÇÃO DAS CENTRAIS DE REGULAÇÃO

Karin Geller, diretora de Regulação, informa que esse item foi submetido à Câmara Técnica de Gestão e a Comissão do SAMU. A proposta reduz de 08 para 04 centrais de regulação do SAMU, com ampliação das equipes nessas centrais. Informa também que foi apresentada uma proposta de cofinanciamento para as Unidades de Suporte Básico – USBs e que está em avaliação. A proposta é de pagar um per capita de R\$ 0,22 para os municípios e um valor fixo para cada USB.

Encaminhamentos: As centrais de Regulação irão para a CIB para aprovação.

2. PROTOCOLOS DE ACESSO AMBULATORIAL

Telma da Silva, médica da regulação, apresenta o quarto lote de protocolos de acesso a serem utilizados pela Atenção Primária à Saúde (APS), Estratégia Saúde da Família, Equipe Saúde Bucal e por todas as Centrais de Regulação Ambulatoriais do Estado de Santa Catarina, das seguintes especialidades: consulta em alergia e imunologia pediátrica; consulta em nutrologia; consulta em pneumologia infantil; diálise peritoneal ambulatorial contínua; ecografa bi dimensional transesofágica, teste ergométrico, holter; exames em ginecologia e obstetrícia; transplante cardíaco.

Encaminhamentos: Levar para a CIB para aprovação.

4. RECOMENDAÇÃO DA AUDITORIA: MARCADOR DELIBERAÇÃO 47/2016

Karin Geller esclarece que ainda não conseguiu concluir o estudo do Art. 20 da Deliberação 47/2016. Cita que o solicitante deveria ser da Atenção Básica para agendamentos, mas que também é necessária a senha do solicitante para o prestador contratualizado. Que é necessário abrir para a alta complexidade, embora, acredita ser difícil permitir. O difícil é normatizar em um parágrafo, o marcador para a alta complexidade. A solicitação do município de Florianópolis é para alterar o Art. 20, permitindo senha ao prestador. Karin Geller, similar à Blumenau, que é aberto ao prestador para ser solicitante, embora, seja regulado. Karin lembra que os retornos já são agendados pelo médico solicitante.

Encaminhamentos: Karin vai redigir o parágrafo, abrindo o marcador para algumas especialidades.

5. AJUSTES NOMENCLATURAS SISREG

Decka Cortese, Gerente de Regulação, lembra que o prazo para a devolução da revisão é 06 de julho de 2017. Cada central recebeu a planilha com a nomenclatura dos códigos.

Encaminhamentos: Devolver as revisões até 06 de julho.

6. PROPOSTA DE EXAMES DO HIJG

Karin Geller informa que a proposta trata-se de um pacote de exames realizados no HIJG. A questão é que o Hospital refaz os exames trazidos pelo paciente na consulta. Então, a proposta seria – os municípios não fariam os exames e o paciente faria os exames no HIJG e o teto desses exames que seriam feitos nos municípios, viria para a SES.

Encaminhamentos: Esse tema volta na próxima C.T.

7. INCLUSÃO DOS CONSÓRCIOS E MUNICÍPIOS NO SISREG

Karin Geller coloca sobre o tema. Cita que o que define se o município pode ter central de regulação ou não é a existência de serviço de média complexidade. Não importa se o

município é de pequeno porte. 1 – Município sede de Região de Saúde e 2 – Sede de Macrorregião de Saúde. 3 – Municípios que não são sede de Região, mas é referência para outros municípios, devem ter central de regulação. São os municípios que possuem muitos serviços de média complexidade. Todos os municípios são solicitantes. Eles podem e não ser regulador e executor. Decka Cortese, Gerente Regulação solicita que todos os municípios preencham o formulário do SISREG. Decka cita que o Ministério Público está trabalhando com a SES nesse sentido em implantar o SISREG, em função da publicização das filas.

Com relação aos Consórcios, o município sede do consórcio deverá regular o consórcio. Karin Geller cita que os consórcios não estão organizados igualmente e, portanto, dificulta a regulação pelas centrais, visto que só conseguem regular dentro de seu território. Como exemplo, o consórcio de Chapecó possui serviço contratado em Maravilha e Xanxerê. A questão é como regular? Geraldo Azzolini informa que participou da reunião da FECAM sobre consórcio. Karin Geller sugere que a proposta seja levada para a CIR. Karin coloca que, nas negociações entre o consórcio e os municípios, o município pleno fica com mais do que os municípios pequenos. Diogo Demarchi coloca que é necessário definir critério para a média complexidade ambulatorial. Cita que a SES está colocando no SISREG ambulatorial a pactuação. Diogo solicita que seja definido o fluxo de como os municípios encaminharão essa solicitação para o Estado. Se o município possui hospital contratado, ele regula o hospital. Se for hospital público, o município regula. Helma lembra que hospital público deve possuir CNPJ próprio. O ajuste de conduta prorrogou até setembro de 2017 a criação do CNPJ. Diogo solicita também apoio da GEPRO na capacitação do SIA.

Encaminhamentos: deixar esta pauta como permanente na C.T.

8. COMISSÃO DA FAIXA ETÁRIA

Decka Cortese, Gerente de Regulação, informou que está agendada a próxima reunião para o dia 27 de junho e que esperam concluir esse estudo.

9. COMISSÃO DA REFERÊNCIA E CONTRARREFERÊNCIA

Decka Cortese, Gerente de Regulação, informa que houve duas reuniões.

10. EVENTOS MACRORREGIONAIS DE REGULAÇÃO E PUBLICIZAÇÃO DAS FILAS

Decka Cortese, Gerente de Regulação, cita que está havendo dificuldades no entendimento para a participação nos eventos. Municípios com direito a duas inscrições, estão inscrevendo 05 participantes. Decka solicita que o formulário seja preenchido, que este formulário foi enviado por e-mail. Quanto à publicização, está sendo reforçada nos eventos. O WEBSERVICE já está pronto.

PRÓXIMAS

1. Plano Estadual de Telemedicina;
2. Diretrizes das CRIHM – Centrais de Regulação de Internações Hospitalares Macrorregionais;
3. Fluxo de acesso às cirurgias de oncologias;
4. Política dos Consórcios.

LOURDES DE COSTA REMOR
Secretária da Comissão Intergestores Bipartite